

CAPÍTULO IX

OS ENTREPOSTOS DO OURO NA COMARCA DO RIO DE JANEIRO - EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA ECONÓMICO NA VIRAGEM DO SÉCULO XIX

OS ENTREPOSTOS DO OURO NA COMARCA DO RIO DE JANEIRO - EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA ECONÓMICO NA VIRAGEM DO SÉCULO XIX

Maria Filomena Melo¹, Ricardo Basílio², João Alveirinho Dias³ e Maria Rosário Bastos⁴

RESUMO

O presente trabalho dá continuidade à análise da fonte histórica compulsada para a elaboração de outro intitulado “*Radiografia de Paraty em 1804: Aspectos Antrópicos*”. O objectivo é o de ampliar a percepção da realidade da região costeira ao sul do Rio de Janeiro, quer alargando a área geográfica observada (incorporando agora as vilas de Angra dos Reis, Magé e Sá), quer complementando a análise dos dados demográficos com o estudo dos elementos fornecidos pela mesma fonte sobre as actividades económicas locais, na mesma cronologia.

Embora a cronologia em apreço esteja inserida no chamado “ciclo do ouro”, a verdade é que os dias de riqueza fácil estão a chegar ao fim e a pobreza é já um facto. A ineficácia do trabalho na exploração dos recursos naturais, combinada com um comércio pouco estruturado e sujeito a todas as manobras de pirataria e contrabando, decorrentes da sua localização litorânea, tornam a economia local de baixa rentabilidade. Assim, a região ensaia um novo paradigma económico, redireccionado para a agricultura e comércio, embora com resultados fracos.

Palavras-Chave: História Económica, Demografia, Litoral

ABSTRACT

This paper continues the analysis of historical sources explored for the preparation of a first one titled “*‘Radiografia’ de Paraty em 1804: Aspectos Antrópicos*”.

The aim now is to broaden the perception of reality of the coastal south regions of Rio de Janeiro extending the geographical area observed, now incorporating the towns of Angra dos Reis, Magé and Sá. The analysis of demographic data will also be complemented with the study of the information provided by the same source on local economic activities, in the same timeline.

Although the chronology analysed is inserted in the so-called “Gold cycle”, the truth is that the days of easy richness are coming to an end and poverty is a fact. The ineffectiveness of the work in the exploitation of natural resources, combined with a little structured trade and subject to all the attacks of piracy and smuggling (due to its coastal location) make the local economy of low profitability. Thus, the region is trying a new economic paradigm, redirected to agriculture and trade, albeit with weak results.

Keywords: Demography, Economic History, Coastal Zones

INTRODUÇÃO

A fonte principal que é dissecada no presente estudo é constituída pela carta do Vice Rei do Brasil ao Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI, e dá cumprimento à resolução régia de 3 de Novembro de 1802, participada na provisão de 12 de Julho de 1803, com a qual se pretendia identificar as “*vilas e distritos dos Domínios Ultramarinos que pela sua população estado da sua cultura e comercio necessitam para acomodação dos povos e boa administração da justiça que neles se criassem juizes letrados*”. Junto desta

1 - IEM - Instituto de Estudos Medievais, Universidade Aberta (Lisboa, Portugal), infofil.mail@gmail.com

2 - Tagus Atlanticus - Associação Cultural (Portugal), ricardobasilio.mail@gmail.com

3 - CIMÁ - Centro de Investigação Marinha e Ambiental (Faro, Portugal) jdias@ualg.pt

4 - DCSG, Área de História, Universidade Aberta - Delegação do Porto (Portugal);

CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Porto, Portugal), rbastos@univ-ab.pt

carta, que se conserva no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424) encontra-se um extenso parecer do ouvidor da comarca sobre a questão em aberto, e bem assim as respostas das câmaras consultadas, à data de 1 de Janeiro de 1804. Sendo embora um conjunto de peças burocráticas e o que estava em causa era a possibilidade de criar mais postos de juízes de fora (veja-se, a este respeito, TORRES, 1992 e BRAGA, p. 189 a 226 *passim*), os autores das respostas foram muito pródigos em fornecer dados e comentá-los, de modo que a fonte permite uma aproximação muito fidedigna à realidade local de então, bem como a elaboração de uma análise sincrónica, isto é, de uma espécie de “radiografia” das localidades arroladas no início do século XIX.

Os documentos compulsados permitem caracterizar demográfica e economicamente, de acordo com variáveis adiante explicitadas, algumas vilas e seus termos, correlacionando a sua actividade económica com a respectiva localização geográfica:

Parati e Angra dos Reis, com localização abrigada e acesso ao mar, constituindo autênticos portos naturais;

Magé, com uma extensa faixa do termo confinante com a Baía de Guanabara;

Sá, confluyente com o mar, indirectamente, através de acessos fluviais¹.

Na fonte histórica norteadora da nossa análise retracta-se a região na altura em que o ciclo do ouro já agoniza e está a ser ensaiado um novo paradigma económico, voltado para a agricultura e o comércio, o que

tem incidência ao nível demográfico, designadamente nos contingentes de mão-de-obra recrutada, suas idades, sexo e condição (livres ou escravos).

Nos percursos outrora traçados para ligar Minas Gerais ao mar, resistem estes entrepostos comerciais, apostando numa reconversão de géneros transaccionados. “Os caminhos iniciais do café servem-se da rede dos ‘caminhos do ouro’ na fase de desbravamento da região serrana” (AA. VV, 2004, p. 5). O eixo do “caminho velho” desemboca em Parati e envolve também Angra dos Reis e o do “caminho novo” chega ao mar através de Porto Estrela, em Magé e confina com Sá, que, por sua vez, acede facilmente ao mar pela sua estrada fluvial, de grande navegabilidade. O caminho novo apresentara-se como uma alternativa mais resguardada, pois desembocava no seio da Baía de Guanabara, enquanto as condições de Parati e Angra dos Reis, mais a sul do Rio de Janeiro, eram mais vulneráveis na sua abertura ao mar. Estas vilas tinham que lidar com problemas específicos, decorrentes da sua disposição geográfica que favorecia a aproximação e abrigo das embarcações, mas, mais distantes do Rio de Janeiro, não tinham capacidade defensiva para obstar aos riscos que uma costa franqueada podia trazer de ataques constantes e comércio ilegal pela pirataria, corso, saques e contrabando. A questão da defesa de Parati e Angra dos Reis foi até objecto de um trabalho apresentado também no âmbito dos Encontros da Rede Braspor por Nanci Vieira Oliveira e Ivan Francisco da Silva (2013).



Figura 1 – Mapa de Localização - De Parati a Magé: o segmento de comarca em causa

¹ De acordo com a fonte, a designação dos principais topónimos referidos neste trabalho é, na sua forma extensa, a seguinte: Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati, Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis da Ilha Grande, Vila de Nossa Senhora da Piedade de Magé, Vila de Santo António de Sá de Macacu. Por comodidade optou-se, neste trabalho, pela utilização da forma sintética respectiva: Parati, Angra dos Reis, Magé e Sá.

MATERIAL E MÉTODOS

Através da fonte histórica atrás apresentada, procura-se aqui retomar o estudo demográfico já iniciado para as vilas de Parati e Angra dos Reis, a “radiografia” então elaborada (BASTOS *et al.*, 2013, p. 201 a 213). Amplia-se agora a exploração interpretativa, ao mesmo tempo que se estende o modelo de análise demográfica à população de Magé, junto do antigo Porto Estrela, no extremo noroeste da Baía de Guanabara e à de Sá, sensivelmente a Norte de Magé. Todas estas localidades eram vilas da comarca do Rio de Janeiro (Figura 1). Considerando a dimensão administrativa, não se encontra muita coerência na reunião das aludidas localidades na mesma fonte histórica, porquanto Parati e Angra dos Reis pertenciam à Capitania de S. Vicente (embora contra a vontade dos seus habitantes), enquanto Magé e Sá estavam integradas na Capitania Real do Rio de Janeiro. Porém, há uma base comum aos territórios em estudo que os irmana: todos se situam em zonas portuárias, de acessibilidade fácil e comércio intenso. Todos são entrepostos dos caminhos do ouro, muito embora Parati e Angra dos Reis estejam alocadas ao chamado “caminho velho”, enquanto Magé e Sá integram o “caminho novo” (MORAES, 1858; NASCIMENTO, 2006; NOVAES, 2008; RONCO e SILVA, 2010).

A dimensão humana da análise social e demográfica é complementada com a apreciação dos dados disponíveis.

Ampliando a análise demográfica ensaiada no artigo precedente, (BASTOS *et al.*, 2013, p. 201 a 213), apresentam-se os dados recolhidos da fonte, para as quatro localidades em estudo: Parati, Angra dos Reis, Magé e Sá. De salientar que a diferente exposição dos elementos constantes na fonte se deve ao facto da organização das respostas fornecidas por estes municípios ser diferente, quer quanto à forma, quer quanto a alguns dos conteúdos. Aliás, Parati e Angra dos Reis, apresentam um modelo de elaboração dos dados que tem algumas afinidades, enquanto os de Magé e Sá se assemelham entre eles.

Angra dos Reis e Parati são constituídos apenas por uma freguesia e apresentam um conjunto de dados mais pormenorizados, enquanto Magé e Sá, com cinco freguesias cada, explicitam os valores parcelares e, depois, os totais. Em contrapartida, são mais sintéticos na arrumação dos grupos humanos, fraccionados em 3 grupos apenas, sem explicitação de sexo nem idades e considerando apenas uma divisão étnico-social: homens-livres, escravos e

população não permanente ou, dito de outro modo, segundo os termos da fonte “brancos e forros”, “escravos” e “andantes”. Neste ponto, os dados apresentados por Angra dos Reis e Parati são muito mais pródigos, utilizando-se outros parâmetros de diferenciação étnica e também etária e de género. Estão recenseados, segundo a referida fonte, “brancos”, “índios”, “pardos libertos”, “pardos escravos”, “pretos libertos” e “pretos escravos” discriminados por sexos e idades, isto é, adultos e crianças, assim como os totais de cada uma destas categorizações. Isto em Angra dos Reis porque em Parati, curiosamente, tudo é semelhante excepto o facto de se omitir a menção aos índios.

Quanto às actividades económicas locais, a outra vertente de análise do presente estudo, foram trabalhados os dados fornecidos pela fonte sobre a produção local, volume e valor das transacções comerciais, com o propósito de ampliar a percepção da realidade desta região.

No caso presente, foram sobretudo os elementos socio-demográficos que mereceram mais atenção, uma vez que complementam directamente as informações fornecidas pelas câmaras das localidades em estudo e se integram no propósito deste trabalho. A expressividade e eloquência das fontes permitem apresentar uma selecção de trechos retirados da referida carta que quase não carecem de enquadramento explicativo, uma vez que são sobremaneira esclarecedoras. Referem-se, essencialmente, às dinâmicas de produção e comércio da região, ao volume de negócios e, por consequência, aos níveis de riqueza locais, uma vez que, recorde-se, todo o propósito deste conjunto documental era verificar a viabilidade do enquadramento de mais juízes de fora nestas localidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DADOS DEMOGRÁFICOS

Uma ilustração representativa do documento original que consta na fonte foi já publicada pelos mesmos autores (BASTOS *et al.*, 2013). O que se segue são as tabelas de recolha elaboradas a partir dessa informação primária, mais especificamente dos mapas³ enviados pelas vereações das respectivas localidades. Optou-se por esta forma de apresentação gráfica, dada a natureza quantitativa dos dados, pois permite uma leitura fácil e uma apreensão quase imediata dos valores absolutos e relativos, além de reproduzir, com grande fidelidade, a nomenclatura e categorização adoptadas nos já referidos mapas de recolha originais.

³ “Mapa” é a designação original fornecida pela fonte, designação que é comumente utilizada para este tipo de representação gráfica, sobretudo no âmbito da administração pública, de onde a fonte provem. Contudo, para tornar inequívocas as referências a este tipo de mapas, por oposição aos mapas de localização geográfica também apresentados neste artigo, optou-se por utilizar o termo “tabela” como equivalente do original “mapa”, quando se trata de representações alfa-numéricas de dados.

As diferenças *supra* referidas quanto aos conteúdos apresentados pela fonte, consoante as localidades, plasmam-se na forma de organização expositiva destes mesmos dados.

Como foi referido, os elementos relativos à população de Parati e Angra dos Reis haviam sido já objecto de reflexão pretérita. Contudo, uma vez que foram agora aduzidos os elementos de Sá e Magé, não é despiciendo salientar alguns pontos, embora a análise das tabelas (v. *supra*) os evidencie, numa simples leitura.

A informação sobre Magé e Sá exclui a especificação dos grupos étnicos, faixas etárias e géneros, mas esta lacuna é colmatada, de certo modo, na mesma fonte, pela já referida carta do ouvidor, que integrou este processo. Os dados por ela fornecidos, são escalpelizados na parte seguinte deste trabalho e permitem confirmar a existência, de um número significativo de escravos, numa proporção próxima da que os dados de Parati e Angra dos Reis referem, assim como evidenciam uma população em crescimento, com uma forte componente de jovens, também comparável aos indicadores de Parati e Angra dos Reis. Nestas localidades, como se verifica, os registos especificam a diversidade da composição étnica da população, entre “brancos”, “índios”, “pardos” e “pretos”, conforme as designações utilizadas, em que se destacam cerca de 50% de escravos. Curiosamente, a informação sobre Parati é omissa relativamente à população índia, e não é claro em que grupo foram estes inseridos nesta contagem.

Não sendo possível estabelecer, para nenhum dos casos, uma pirâmide etária completa, é fácil inferir que esta seria, para qualquer uma das localidades, uma pirâmide de forte base, dado o número significativo de jovens e crianças (também só conhecido em Parati e Angra dos Reis) e a referência à proporção entre os nascimentos e as mortes, sempre favorável ao número de nascidos, segundo os dados também fornecidos pelo ouvidor. De notar que, sendo os adultos contados a partir dos 12, 14 ou 16 anos, conforme os casos, há um contingente de jovens que já figura no grupo etário superior, mas que efectivamente seria ainda de pouca idade (v. Tabelas III e IV *supra*).

DADOS SOCIO-ECONÓMICOS

A referida carta do ouvidor que integra o processo documental em apreço é muito pródiga em informações sobre as localidades arroladas. Contempla, inclusive, uma

extensa e pormenorizada descrição geográfica, que não será objecto directo desta análise, embora seja relevante para o conhecimento das mesmas e para servir de contexto à demais exposição feita por este autor, sem dúvida muito prolixo e bem informado. Aliás, cabe dizer, em abono da fidedignidade dos dados por ele fornecidos e dos seus comentários, de que nos serviremos neste trabalho, que esta figura do ouvidor merece a maior credibilidade. Revela grande cultura e notável informação sobre as correntes de pensamento político e económico do seu tempo, citando amiúde autores das áreas sobre as quais tece as suas considerações. Além da sua vasta erudição, denota conhecer e interessar-se muito pelas localidades em apreço e ter uma visão de conjunto dos problemas e algumas propostas, o que hoje se chamaria um projecto para a região.

Contudo, o ouvidor faz uma espécie de estudo ou relatório que acompanha o envio dos dados recolhidos pelos municípios, complementando-os, por vezes, em determinados pontos. Assim, esta carta não tem a mesma natureza sistemática da compilação feita por cada localidade. A informação nela contida é muito abundante, mas dificilmente fornece dados da mesma natureza para as diferentes localidades. Este facto condiciona a abordagem aqui feita que é por isso mais expositiva do que analítica.

SÁ

De Sá, o ouvidor diz ser “vítima da preguiça e escravidão” (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424, p. 9) atribuindo a isto o pouco incremento da agricultura local. O autor insiste, em vários, passos do seu texto que, o facto de se entregar muito do trabalho manual a escravos é um factor explicativo da pouco produtividade. O facto é que esta localidade, tal como as outras estudadas neste conjunto, tem um contingente significativo de população escrava, não havendo, contudo, na fonte, nenhum outro indicador acerca das áreas, em concreto, em que estes eram empregados. A única informação a este respeito é o testemunho deste autor. Se o tipo de exploração rural deixada às mãos dos escravos é considerada pouco eficaz, acrescenta o mesmo autor que “no sertão da Serra se destinou grande porção de terreno para minerar”, mas não se tendo revelado muito proveitosa esta mineração - “não correspondendo a riqueza aos anúncios”, como diz - “servindo só de couto a endividados”, quando poderia ter sido terreno válido para a agricultura.

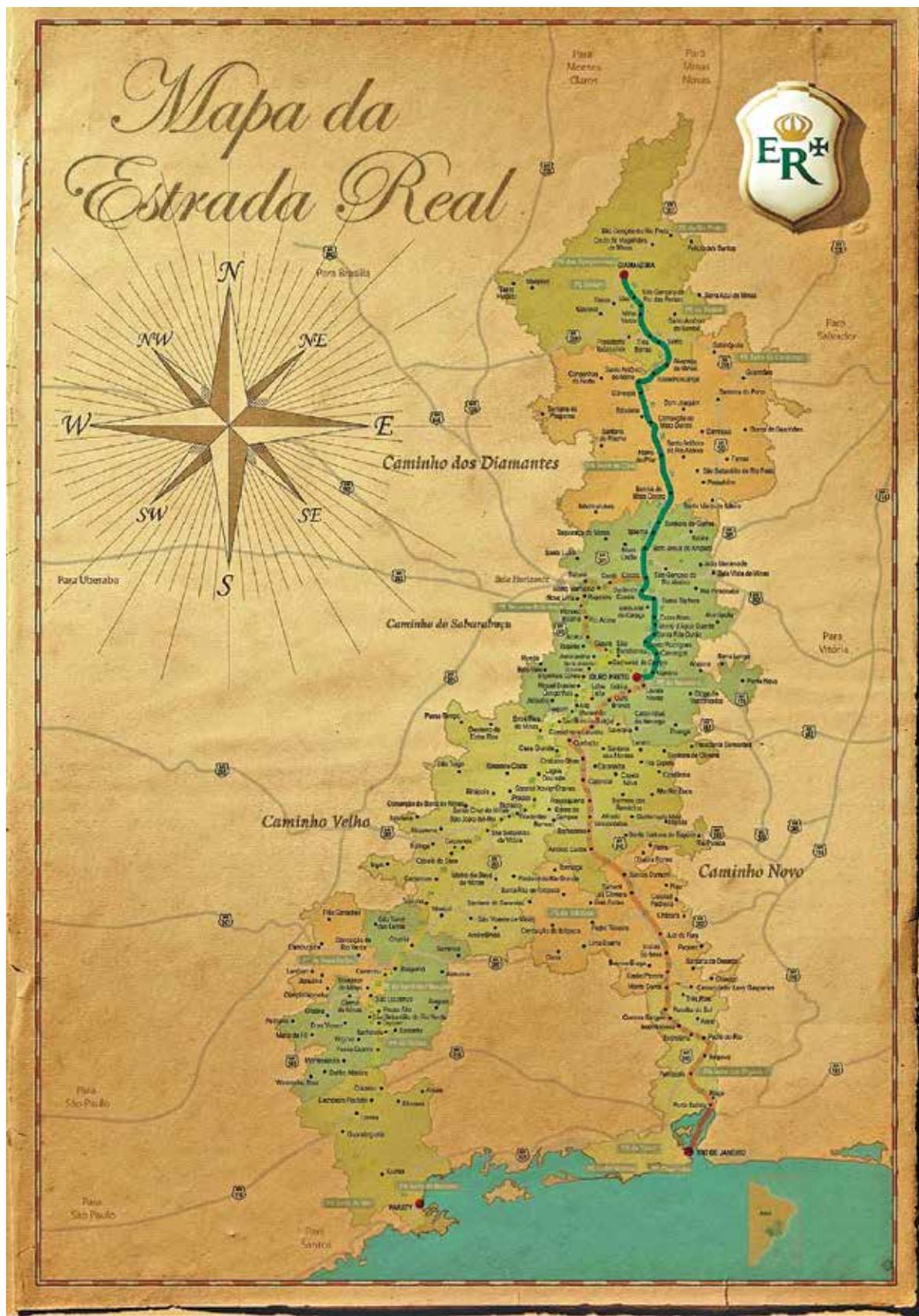


Figura 2 – Mapa da estrada Real (caminho do ouro e dos diamantes)²

² Disponível em <http://static.infoescola.com/wp-content/uploads/2009/08/full-1-c97a96fc40.jpg> [accedido em Junho de 2014]

Produz-se em Sá farinha, café, arroz e açúcar, indicando-se para este último produto o volume global, no conjunto das freguesias, de 84.000 arrobas, que já é um volume considerável, rendendo este 156.240\$000⁸. Mas acrescenta, “este povo é pobre, e só conhece independência quem trafica em madeira” (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424, p. 10), lamentando que, por cúmulo, o comércio e as artes são escassas na região, limitando-se à vila (sendo inexistente nas demais freguesias) e sendo em parte ocupação de estrangeiros - todos os 15 residentes na vila trabalham nestes ramos. Acresce ainda o seu comentário, não despidendo, neste contexto, de a vila de Itaboraí ser “receptáculo da antiga nobreza”, com muito mais população livre do que as demais freguesias, estando implícito, do que antes foi dito, com menos propensão para tirar o melhor partido da exploração rural, artes ou comércio.

Contudo, esta região, muito próxima do eixo de Magé-Porto Estrela, pontos de charneira do caminho novo do ouro, evidenciava-se como centro de abastecimentos, por via fluvial e, como tal, integrava o mesmo complexo económico constituído por Magé, na Guanabara, e Parati e Angra dos Reis, em Sepetiba⁹.

Por tudo isto, sabendo-se que o propósito inicial deste inquérito (a fonte que serve de ponto de partida), era apurar as localidades que poderiam precisar ou beneficiar com a criação de mais lugares para juizes letrados, o ouvidor é peremptório: “a povoação e mapa das riquezas funcionárias acima exportadas pedem um Juiz letrado, que faça sua felicidade, mas não pode fornecer só esta vila o equivalente às necessidades, e por isso deve incorporar-se a confinante Magé” (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424, p. 11).

MAGÉ

Para Magé, à semelhança do que fizera para Sá, o ouvidor dissecou alguns aspectos específicos de cada uma das freguesias. Contudo, tal como no tópico precedente, evidencia-se aqui sobretudo o panorama geral, por paridade com Angra dos Reis e Parati, freguesias únicas, adiante referidas.

Acerca desta vila e seus termos tem o autor a melhor impressão quanto às suas qualidades naturais, como zona

de produção “ditosa a condição onde a natureza supre com produções espontâneas filhas do clima quente, e chuvas a propósito” (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424, p. 12). Dali saem exportações anuais num montante de 78.000\$000, em diversos géneros: cereais, leguminosas, fruta, peixe, os produtos regionais, como café e açúcar, além dos géneros provenientes da actividade silvícola, lenha e achas.

A maior parte das profissões no âmbito dos sectores secundário e terciário existem apenas na vila, sendo todo o restante distrito, rural.

Tendo já proposto, como acima foi dito, que Magé e Sá partilhassem o mesmo juiz, para repartirem, entre si, os respectivos encargos, o ouvidor conclui evidenciando esta necessidade dizendo, a respeito de Magé: “é sossegado, em geral, este povo, mas a vila vive inquieta tendo tido seus desvarios a respeito do governo, e vereança” (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424, p. 15).

ANGRA DOS REIS

Continuando a seguir as considerações do ouvidor, Angra dos Reis apresenta-se com aspectos comuns às localidades anteriormente arroladas: gente de paz, pobre, mas desinquietada pelas autoridades locais: “Pobre, em geral, é o povo, e, por isso pacífico, havendo na vila quem anos a esta parte o traga inquieto pelo abuso do Governo Civil e municipal” (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424, p. 20). Outro factor desinquietava esta população que eram as constantes abordagens do seu porto por navios piratas, para se abastecerem de forma irregular, contando com a cumplicidade de alguns populares que lhes forneciam géneros, ou mesmo contrabandear (algumas peças processuais exemplificativas destas situações encontram-se em AHU, Conselho Ultramarino, cx. 161, doc. 12072; cx. 163, doc. 12194; cx. 172, doc. 12736; cx. 177, doc. 12989).

Efectivamente, em Angra dos Reis produzem-se vários géneros, atingindo as exportações o valor de 62.352\$000/ano, no que excediam, em 2.350\$000 as importações, retendo cerca de 2/3 da sua produção total para consumo interno dos seus 11707 habitantes. Entre os produtos de consumo essenciais, estão o peixe seco, arroz,

8 AMANTINO E CARDOSO, com base noutra fonte um pouco anterior, de finais do século precedente, traçam um quadro distinto em que “a vila, no século XVIII tinha tido um papel muito maior enquanto abastecedor do mercado local. Pode-se afirmar que a Vila de Santo António de Sá de Macacu, ao longo do século XVIII, se caracterizava por apresentar em conjunto com algumas plantations uma economia doméstica de produção variada, que englobava o cultivo do arroz, do feijão, da farinha, do milho, do fumo, a exploração das madeiras, a criação de aves e a conseqüente comercialização dos seus ovos, além da criação de porcos. Toda esta produção tinha parte consumida na própria Vila e parte exportada para as localidades vizinhas, inclusive a cidade do Rio de Janeiro. Para esta exportação, em muito auxiliaram os rios, que desembocavam diretamente na Baía da Guanabara. A maior parte da população da Vila era formada por pequenos e médios proprietários de pequenos plantéis de escravos ou mesmo nenhum”, p. 104.

9 CABRAL, “A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental”, in Revista de História Regional.12 (1):133-162, Verão, 2007, p. 132-162, (em linha) <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2241/1725> [acedido em Março de 2014], refere-se ao papel desta bacias madeireiras, p. 143 e seguintes e, mais concretamente, a Macacu, como centros de produção e abastecimento.

feijão, farinha e milho, mas também existem produtos tropicais como o açúcar (em quantidade considerável - 11736 arrobas), algodão, cacau, café e ainda géneros não alimentares como o anil, goma, couros e tabuado. Destaca-se também a produção de aguardente, que orçava em 750 pipas anuais, sabendo-se que esta começava a ser uma produção alternativa dos engenhos que, em Angra dos Reis, eram em número considerável (80, entre engenhos e engenhocas).

Não será alheio a todo este panorama de considerável dinâmica produtiva, industrial e comercial, o facto de nesta localidade se encontrar um número elevado de pessoas empregadas nos sectores secundário e terciário (cerca de 1% do computo geral da população, segundo os nossos cálculos). Comparativamente com as outras localidades, nomeadamente Magé, com uma população uma vez e meia superior à de Angra dos Reis (18262 habitantes, mais precisamente), e cuja população activa no comércio e ramos terciários não era, nem em números relativos, nem absolutos, comparável ao de Angra dos Reis, por motivos, aliás, já invocados (v. *infra*, Tabela V). De notar ainda que a freguesia de Angra dos Reis remontava a 1569, tendo por isso uma vida e uma história com o peso de mais de dois séculos, tendo sido, desde sempre, um porto procurado, nem sempre pelas melhores razões, pois a sua grande exposição tornava-a apetecida também de piratas e corsários. Entre o comércio legal e o ilegal, a sua estrutura económica era já consistente, quando, nesta altura, o paradigma começa a mudar, na sequência da redução significativa da mineração aurífera. O porto de Angra dos Reis tornava-se cada vez menos procurado para o contrabando, e daí o interesse em criar uma produção local que fosse também apetecida pelo comércio de qualquer tipo, de que nasce o ciclo da cachaça.

PARATI

Encontrava-se em Parati, à altura, um quadro económico muito semelhante ao que foi acima delineado para Angra dos Reis, com a agravante de Parati ser o entreposto oficial da rota do ouro que, à altura, estava a entrar em decadência. Com ele, a economia paralela do contrabando também era afectada significativamente. Padecia, portanto, dos mesmos males de Angra dos Reis: “as embarcações estrangeiras, aí frequentes, honestando-se com a capa da necessidade e recursos de hospitalidade, abusando do sagrado do direito das gentes, infestando a costa com contrabando tão difíceis de vedar” (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424, p. 25).

Segundo o parecer do ouvidor, não era apenas nos males, que afectava a vila de fora para dentro, que esta se irmanava com Angra dos Reis, mas também tinha em comum com esta e as demais, fragilidades que a minavam de dentro, minando as cadeias de sustentação económica que enfermavam de problemas de raiz, estruturantes: “o povo não é abundante como ao primeiro golpe parecia consequência irrevogável de um comércio tão amplo. Na mão de bem poucos fica toda a riqueza, porque os demais habitantes vivem de tal forma encadeados que ali depositam em seu poder os frutos sem terem as vantagens e sempre com forçosa dependência (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424, p. 25).

Esta é a caracterização que o autor nos apresenta da economia em Parati. Com cerca de metade da população de Angra dos Reis, apenas 6014 habitantes, o volume do negócios é idêntico, em ambas. Também a balança de Parati é favorável com uma diferença de cerca de 1000\$000 reis em que as exportações excedem os 59000\$000 das importações. O leque de oferta de produtos é, contudo, mais limitado, destacando-se a grande produção de farinha (10000 alqueires que rendiam 6400\$000), café, arroz e feijão (rendendo cada um destes géneros na ordem dos 2100\$000). Mas o que mais se evidencia em Parati são os seus numerosos engenhos (7 engenhos e 100 engenhocas) que produzem, na altura, 1600 pipas, mais do dobro de Angra dos Reis, orçadas em 51.200\$000, de longe o género que mais se destaca do conjunto das produções locais, já que o açúcar não era rentável, como indica a fonte, permitindo arrecadar apenas 2520\$000, um valor muito baixo pelas suas 10500 arrobas anuais.

A Tabela VI que se segue é, como foi dito, uma síntese de dados, obtidos a partir da carta do ouvidor, cujos conteúdos têm vindo a ser analisados. Expõe-se assim esta informação de forma gráfica, à semelhança do que fora feito com os elementos colhidos na outra parte da fonte, nas cartas dos municípios. Note-se, contudo, que estas traziam anexos os chamados “mapas” de dados, já bastante organizados que facilmente foram convertidos nas tabelas I a IV, *supra*. A forma de expor do ouvidor é, em geral, mais descritiva. Por este motivo não foram recolhidos todos os elementos por ele fornecidos, exaustivamente, por serem, alguns, formalmente muito discrepante, respeitando uns às freguesias, parceladamente, outros ao conjunto dos distritos (isto nos casos de Magé e Sá), ou por apresentarem montantes não comparáveis, ora em moeda, ora em unidades métricas, etc.; assim, na tabela VI, procurou-se contornar estes obstáculos, quando possível, para não desperdiçar a informação, tratando-se

Tabela I - População de Sá - 1804⁴

Freguesias	Branços e forros	Escravos	Andantes	Total por freguesias	Observações
Stº António de Sá	2416	2484	13	4913	
S. João de Itaboraí	2656	3984	283	6923	
N. Srª do Desterro de Tumbi	619	801	6	1426	
N. Srª Conceição de Rio Bonito	1084	1232	15	2331	só a parte que pertence ao termo de Stº António de Sá
SS. Trindade	1238	1431	0	2669	só a parte que pertence ao termo de Stº António de Sá
TOTAIS	8013	9932	317	18264	segundo dados do doc.; efectivamente são 18262

Tabela II - População de Magé - 1804⁵

Freguesias	Branços e forros	Escravos	Andantes	Total por freguesias	Observações
Vila de Magé	1938	2315	0	4253	inclui a ilha de Paquetá
S. Nicolau de Surui	710	762	8	1480	
N. S. da Guia	416	637	0	1053	
Guapemirim	200	639	0	839	só a parte que pertence ao termo da Vila de Magé
Inhumirim	199	279	1	479	só a parte que pertence ao termo da Vila de Magé
TOTAIS	3463	4632	9	8104	

⁴ Segundo os dados de AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424.

⁵ Idem.

Tabela III- População do distrito de Angra dos Reis - 1804⁶

Freguesia de Angra dos Reis	Branços				Índios			
	H	h	M	m	H	h	M	m
	1615	988	1823	835	52	83	95	90
TOTAIS	5261				320			

Pardos libertos				Pretos libertos			
H	h	M	m	H	h	M	m
304	240	384	171	112	47	125	44
1099				328			

Pardos escravos				Pretos escravos			
H	h	M	m	H	h	M	m
206	125	163	139	1671	516	1381	498
633				4066			

Resumo				Fogos
H	h	M	m	
3960	1999	3971	1777	
11707				1521

H - homens maiores de 16 anos;

h - homens menores de 16 anos;

M - mulheres com mais de 12 anos;

m - mulheres com menos de 12 anos.

Obs. (cf. a fonte): "Os homens abaixo dos 16 anos e as mulheres de menos de 12 são os menores"

⁶ Idem.

Tabela IV- População do distrito de Parati - 1804⁷

Freguesia de Parati	Branços			
	H	h	M	m
	894	669	1007	574
TOTAIS	3144			

Pardos libertos				Pretos libertos			
H	h	M	m	H	h	M	m
104	65	158	84	58	17	64	6
411				145			

Pardos escravos				Pretos escravos			
H	h	M	m	H	h	M	m
95	97	99	77	978	230	625	203
368				2036			

Resumo				Fogos
H	h	M	m	
2129	1078	1953	944	
6104				948

H - homens maiores de 14 anos;
 h - homens menores de 14 anos;
 M - mulheres com mais de 12 anos;
 m - mulheres com menos de 12 anos.

Obs. (cf. a fonte): "Os homens menores foram contemplados de 14 anos para baixo e as mulheres de 12").

⁷ Idem.

Tabela V- População- abordagem comparativa

Tabela Comparativa		Angra	Parati	Magé	Sá
Branços	H	1615	894		
	h	988	669		
	M	1823	1007		
	m	835	574		
	Total	5261	3144		
Índios	H	52			
	h	83			
	M	95			
	m	90			
	Total	320			
Pardos libertos	H	304	104		
	h	240	65		
	M	384	158		
	m	171	84		
	Total	1099	411		
Pretos libertos	H	112	58		
	h	47	17		
	M	125	64		
	m	44	6		
	Total	328	145		
Pardos escravos	H	206	95		
	h	125	97		
	M	163	99		
	m	139	77		
	Total	633	368		
Pretos escravos	H	1671	978		
	h	516	230		
	M	1381	625		
	m	498	203		
	Total	4066	2036		
Resumo	H	3960	2129		
	h	1999	1078		
	M	3971	1953		
	m	1777	944		
	Total	11707	6104	18264	8104
Fogos		1521	948		

H - homens maiores de 14 anos;

h - homens menores de 14 anos;

M - mulheres com mais de 12 anos;

m - mulheres com menos de 12 anos.

Obs. (cf. a fonte): "Os homens menores foram contemplados de 14 anos para baixo e as mulheres de 12").

Tabela VI - Dados gerais, demográficos e económicos¹⁰

	ANGRA DOS REIS	PARATY	MAGÉ	ST. ANTº SÁ
INFORMAÇÃO HISTÓRICA				
criação da freguesia	c. 1596		1789	1644
erecção da vila		1654		1697
POPULAÇÃO				
ratio livre/escravo	+ 1/3	9/10	12/13 ou 13/13	23/24
ratio nascimentos/mortes	4/3	13/1	9/6	5 /1
OFÍCIOS (indivíduos por profissão)				
clérigos/religiosos	8+6	20	6	10
funcionários judiciais	22	11	9	12
artes e ofícios mecânicos	70	42	12	30
comércio	23	24+29	24	24
agricultura	restantes	684	restantes	restantes
INDÚSTRIA				
engenhos	38	7	2	15
engenhocas	42	100		2
lavouras				80
PRODUTOS				
achas			X	
açúcar	X		X	X
aguardente	X			
algodão	X			
anil	X			
arroz	X	X	X	X
banana			X	
cacau	X			
café	X	X	X	X
couros	X			
farinha	X	X	X	X
feijão	X	X	X	
goma	X			
lenha			X	X
linhas de feixe			X	
milho	X		X	
peixe			X	
peixe salgado	X			
taboado	X			

¹⁰ Idem.

os dados de forma a normalizá-los, somando os dados parcelares das freguesias, por exemplo; foram recolhidos apenas os elementos que apresentavam um padrão ou referências comuns, susceptíveis de serem equiparáveis.

CONCLUSÕES

Nestes caminhos do ouro, a menção ao ouro está ausente. O ciclo do ouro e da prosperidade fácil está a terminar e a menção à pobreza é recorrente. É também evidenciada a ineficácia do trabalho, em geral, quer de exploração dos recursos naturais (“Apesar de montuoso seu terreno há descuido em sua cultura” (AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424, p. 13), quer das práticas comerciais (“A exportação destes frutos tem um notável tropeço porque são conduzidos por terra sobre bestas até o porto da Vila e aí entregues nos armazéns dos barqueiros que os transportam com despesa” (*Idem*).

Embora a terra seja considerada, na maior parte das localidades, fértil e até excepcionalmente produtiva, como o que acima consta sobre Magé, a “preguiça” e a “escravatura” explicam, na óptica do ouvidor, o subaproveitamento dos muitos recursos, sustentando a sua perspectiva numa análise da composição da população em que se destaca a abundância de escravos.

É certo que nesta compilação de dados há a cautela de não alardear riqueza, porque o que está em causa e despoleta toda esta recolha é saber se as localidades têm ou não necessidade e capacidade de receber e, consequentemente, financiar, os juízes de fora.

Assim, no panorama geral, são os engenhos, embora explorados aquém das possibilidades, com o negócio das madeiras que lhes está associado, que se evidenciam como elemento comum a todas as localidades, com uma implantação intensiva, corroborada por outras fontes relativas às sesmarias locais, e com cuja exploração se ensaia um novo paradigma económico para esta região. Por outro lado, embora oferecendo bons portos de mar, com condições de abrigo vantajosas para grandes embarcações, estas costas, pouco defendidas e insuficientemente vigiadas, são muito vulneráveis, como a História tantas vezes demonstrou. Esta fragilidade contribui, nesta altura, para o empobrecimento da região, flagelada pela pirataria que incrementava um comércio marginal desorganizado, de contrabando, sem condições estruturantes para a economia local.

Contudo, neste cenário de recessão, a população, essa, não para de crescer, pois em todas as localidades apreciadas, os nascimentos excedem até 5 vezes os falecimentos,

promovendo um rejuvenescimento populacional na base, conforme ainda ao padrão demográfico de Antigo Regime.

Na viragem do séc. XIX, esta região de charneira vivia também, a seu modo, esse período efervescente, que contém já o germe das mudanças económicas, políticas e sociais que o Brasil começava a viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

- AHU, Conselho Ultramarino, cx. 145, doc. 11262
 AHU, Conselho Ultramarino, cx. 161, doc. 12072
 AHU, Conselho Ultramarino, cx. 163, doc. 12194
 AHU, Conselho Ultramarino, cx. 172, doc. 12736
 AHU, Conselho Ultramarino, cx. 177, doc. 12989
 AHU, Conselho Ultramarino, cx. 219, doc. 15099
 AHU, Conselho Ultramarino, cx. 225, doc. 15424

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV., Ouro, café, açúcar, sal, 2004
 in [http://201.2.114.147/bdsbds.nsf/F75904E1097E26CB8325735C004DC711/\\$File/NT0003612E.pdf](http://201.2.114.147/bdsbds.nsf/F75904E1097E26CB8325735C004DC711/$File/NT0003612E.pdf) (acedido em Julho de 2013).
- AMANTINO, Márcia, & CADOSO, Vinicius Maia, 2008. “Múltiplas Alternativas: diversidade económica da Vila de Sá de Macacu - Século XVIII” *Revista de História Económica e Economia Regional Aplicada*, 3 (5): http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo_4.pdf [acedido em Março de 2014]
- BASTOS, M. Rosário; MELO, M. Filomena; BASÍLIO, Ricardo & DIAS, J. Alveirinho, 2013. “Radiografia’ de Paraty em 1804: Aspectos Antrópicos”, In: RODRIGUES, M.A.C.; PEREIRA, S.D. & BERGAMASCHI, S. (eds) *Interações Homem-meio nas zonas costeiras: Brasil/Portugal*, Rio de Janeiro: Corbã Editora Artes Gráficas, 2013, p. 201 a 213.
- BRAGA, Alencar Santana, *O Poder Político do Município no Brasil Colônia*, in [http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-12/RBDC-12-169-Alencar_Santana_Braga_\(municipio\).pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-12/RBDC-12-169-Alencar_Santana_Braga_(municipio).pdf) (acedido em Julho de 2013).

- CABRAL, Diogo de Carvalho, 2007 “A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental”, *Revista de História Regional*. **12** (1): 133-162, <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2241/1725> [acedido em Março de 2014]
- MORAES, A. J. de Mello - 1858, *Corographia Histórica, Chronographica, Genealógica, Nobiliária, e Política do Imperio do Brazil*, Tomo I, Rio de Janeiro, Typographia Americana de José Soares de Pinho, 235p.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do, 2006. *Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro: inventário dos bens culturais imóveis do Caminho do Ouro*, in http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info_mi_2006/FCRB_MemoriaInformacao_FlaviaBritoNascimento.pdf (acedido em Julho de 2013).
- NOVAES, Adriano, 2008. *Os caminhos antigos no território fluminense*, In: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf> (acedido em Julho de 2013).
- OLIVEIRA, Nanci Viera & SILVA, Ivan Francisco, 2013 “Poder e fortificações: uma abordagem arqueológica da ocupação e defesa do litoral sul fluminense” In: RODRIGUES, M.A.C.: PEREIRA, S.D. & BERGAMASCHI, D. (eds) *Interações Homem- meio nas zonas costeiras: Brasil/Portugal*, Rio de Janeiro: Corbá Editora Artes Gráficas, 2013, p. 187 a 197.
- RONCO, Adriana Patricia & SILVA, Giovanni Codeça, 2010. “Puerto de Paraty: Vías de comunicación económica entre la región de las Minas y la Provincia de Río de Janeiro” in Simposio 1. Medios de transporte y vías de comunicación en la formación económica regional y los sistemas económicos nacionales en los siglos XIX y XX, in *Segundo Congreso Latinoamericano de Historia Económica*, México, 2010.
- TORRES, Ruy d’Abreu, 1992. “Juízes de Fora”, In: Serrão, Joel. (coord). *Dicionário de História de Portugal*, (coord. Joel Serrão), vol. III, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 417-418.

